



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211
Website: www.conselhodesaudevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CMSV – 04/12/2018

Ata da Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha, de nº 354, realizada na sede do Conselho Municipal de Saúde, no dia 04 de dezembro de 2018, primeira chamada às 18h30, e segunda chamada às 19h. **Conselheiros presentes e seus segmentos no Conselho de Saúde:** Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários), Carlos Henrique Peloso Silva Jr. (Trabalhadores), Célio Ferreira (Trabalhadores), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Gésio Rafael da Fonseca (Usuários) e Luciana Fernandes Ramos (Usuários). **Ausências justificadas:** Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Maria do Carmo (Usuários), Meryvone Mansur Bísvaro (Usuários), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários) e Vinício Felipe Brasil Rocha (Trabalhadores).

Registra-se a presença de: Anderson José de Souza (coordenador do Serviço de Saúde Mental, Layma Melo e Lucimar Silva. O presidente esperou, devido à excepcionalidade da reunião, a constituição de quórum mínimo, por isso, a reunião iniciou-se às 19h25, contudo, faltou um conselheiro para o mencionado quórum. O presidente sugeriu que, a fim de respeitar os presentes, e a Associação Mente Saudável (AMS), que fosse a Reunião Plenária convertida em administrativa, onde não se poderá deliberar, mas acolher as demandas. Diante disso, as atas das reuniões anteriores foram postergadas para a Reunião Ordinária de dezembro. O conselheiro Gésio explanou sobre a demanda da AMS dizendo que o pleito principal é a falta de cobertura aos usuários do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) fora do horário de serviço. Anderson concorda que não existe uma retaguarda adequada da Rede de Urgência. Diante da informalidade, a Sra. Layma aproveitou para questionar as dificuldades de atendimento psicológico nas Unidades de Saúde, Anderson, colocou ainda a necessidade de renovar os quadros – o que será feito no concurso em andamento, inclusive para psicólogo, oficial administrativo e técnico de enfermagem. Anderson coloca que o Plano Municipal de Saúde prevê a requalificação do CAPS AD ou CAPS II, para porte III, que funciona 24h, mas que não funciona como uma porta aberta de urgência, mas sim a permanência de usuários que estejam em estágio de surto. Sendo que o funcionamento noturno possui uma equipe mínima: técnico, enfermeiro e um médico. Anderson diz que já houve diálogo com a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), informando que aqueles usuários com agravos psíquicos que aportem naquela instituição sejam encaminhados pela manhã para a Rede CAPS. Anderson diz que, após conhecer o CAPS III de São Lourenço, é possível ter um CAPS desse porte na cidade, contudo, o problema maior é a incerteza com as mudanças políticas e institucionais que estão acontecendo no país, inclusive pelos cortes financeiros em leitos psiquiátricos, CAPS e residência terapêutica, Anderson diz que é necessário tomar cuidado com a alimentação do sistema do Ministério da Saúde, para evitar que tais cortes afetem o município. Anderson afirmou que o convênio com a Clínica Maanaim, em Itamonte, não será renovado em 2019, inclusive por imposição normativa. Carlos menciona que teve problemas com a Comunidade Terapêutica Kerygma, que tem um convênio com a SEHAD (Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social), que prejudica o acolhimento da Atenção Primária, levando essa discussão inclusive para o matriciamento. Anderson diz que tem o projeto para o CAPS III para 2019, mas isso será influenciado pelas mudanças políticas nacionais e estaduais, e que, como em São Lourenço, será necessário instituir um acordo com um município vizinho, para

que possa se habilitar a esse nível. Anderson diz que o futuro ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, já se colocou contra aos CAPS AD, o que pode influenciar a progressão para o porte III. Mencionaram-se também as dificuldades de criação de leitos psiquiátricos em Varginha, que acabaram por ser conveniados em Três Pontas. Anderson retoma e diz que, além da instituição do serviço, é necessária a habilitação do mesmo, que é o que trás recursos. Carlos trás como assunto o risco de desarticulação dos conselhos sociais de âmbito nacional, conforme noticiado como posição do futuro governo. Que afetarão políticas sociais em favor, por exemplo, de instituições privadas. Célio rememora que o Conselho é cogestor e que, em alguma futura oportunidade, o Conselho poderá participar de uma visita ao CAPS III de São Lourenço. Por fim, Anderson comentou que o CAPS AD mudou-se para o Jardim Andere, na rua Campanha. Nada mais havendo a ser tratado, Cláudio Miranda encerrou a reunião às 20h22, agradecendo a presença de todos e, cumulando a função de secretário, *pro tempore*, lavrou esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.